

PARECER JURÍDICO**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001.0003657/2021****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2021****REFERÊNCIA: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL- EPI, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA-PI.****I- RELATÓRIO**

Trata-se de um parecer sobre o pedido de DISPENSA DE LICITAÇÃO solicitado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL para contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de proteção individual-EPI, para atender as necessidades da secretaria municipal de desenvolvimento e assistência social do município de Esperantina-PI.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que compete a essa procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

No caso em tela, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 8.666/93 e decreto nº 9412/2018.

De acordo com a Lei 8.666/93 em seu artigo 24, é possível o ente público firmar contrato direto, dispensando a licitação, sendo essa prática uma exceção à regra, essas exceções são taxativas e previstas no art. 24 da lei de licitações:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”

Existindo também o Decreto nº 9412/2018, onde atualiza os limites previstos na alínea “a” do inciso I do art. 24 da lei 8.666/93:

“Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);”

Como observado no artigo citado acima, a dispensa de licitação se enquadra nesse caso, pois a contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de proteção individual- EPI, para atender as necessidades da secretaria municipal de desenvolvimento e assistência social do município de Esperantina-PI no valor de R\$ 15.020,35(quinze mil e vinte reais e trinta e cinco centavos) está dentro dos 10% permitidos pela Lei 8.666/93, com atualização do limite previsto na lei de licitações através do Decreto 9412/2018.

Nos demais aspectos, fora observado todos os requisitos legais guardam regularidade com o disposto na Lei nº 8.666/93 para que haja a dispensa de licitação.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto opinamos **FAVORAVELMENTE** pela possibilidade da DISPENSA DE LICITAÇÃO, tendo em vista a

fundamentação fática e legal apresentada ao longo desse parecer.

05 de agosto de 2021

Dr. Kildare Moreira
Advogado
OAB-PI 16.589

KILDARE BARBOSA MOREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE EPERANTINA-PI

OAB/PI N°16.589